

UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA DO ENGENHO MARANGUAPE PAULISTA -PE

*Melânia Gaudêncio Noya Forest
Cláudia Alves de Oliveira*

RESUMO

Este artigo apresenta os primeiros resultados das pesquisas arqueológicas realizadas na área tombada pela FUNDARPE em 1987, como Engenho Maranguape, localizado no Município do Paulista, região Metropolitana do Recife, no estado de Pernambuco. Procura-se compreender a organização dos espaços construídos e identificar se as estruturas localizadas próximas à igreja Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape e a Casa Paroquial faziam parte realmente de um engenho. A arquitetura do engenho é analisada e comparada aos padrões definidos pelas exigências programáticas diretamente relacionadas à produção dos engenhos dos séculos XVI e XVII em Pernambuco. Para responder as questões, foram considerados os aspectos histórico, ambiental e cultural, a partir de uma perspectiva arqueológica multidisciplinar. A partir dos resultados das prospecções arqueológicas, das fontes históricas e da análise espacial das unidades encontradas na área, chega-se a conclusão que a configuração espacial analisada não se identifica como um engenho produtor de açúcar, e sim, como uma propriedade rural, e as estruturas encontradas, como fragmentos de uma casa-grande, e não como uma fábrica/moita.

PALAVRAS CHAVE: Engenho Maranguape; Arqueologia Histórica; Análise Espacial

ABSTRACT

This article introduces the first results of archaeological research conducted in the area under the protection of FUNDARPE since 1987, and consisting of the Engenho Maranguape located in the municipality of Paulista in the Metropolitan Region of Recife, in the State of Pernambuco. This study seeks to understand the organization of the built spaces located close to the Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape Church and the Parochial Home that comprised the sugar mill grounds. The mill's architecture was analyzed and compared to the standards defined by programmatic requirements directly related to the production of sugar mills in the XVI and XVII centuries in Pernambuco. To clarify some of the issues, historical, environmental and cultural aspects were considered from a multidisciplinary archaeological perspective. From the results of archaeological survey, historical sources and spatial analyses of the structural units in the area, the conclusion was that the spatial configuration under analyses is not identified as a productive sugar mill but as a rural estate and the structures found as the fragments of the property's main house confirms the findings.

KEY WORDS: Engenho Maranguape; Historical Archaeology; Spatial Analysis

Introdução

A herança cultural da produção do açúcar deixada em Pernambuco é sintetizada pelas construções e ruínas das estruturas remanescentes dos engenhos coloniais. Estes são temas mais recorrentes de nossa historiografia, no sentido em que a Capitania de Pernambuco responde com o sucesso às expectativas econômicas da metrópole, e que aguçou o interesse holandês em conquistá-la.

Inserido no contexto histórico da Capitania de Pernambuco, encontra-se o Sítio Maranguape¹, que faz parte do denominado Engenho Maranguape, tombado pela FUNDARPE em 1987. De acordo com o registro de tombamento o Engenho Maranguape é composto pela Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape e a Casa Paroquial, localizado em Maranguape I, no Município do Paulista, no estado de Pernambuco. Todo esse complexo se constitui, embora em estado de ruína, em patrimônio histórico cultural e ambiental, que remonta aos primeiros núcleos de povoamento no litoral Norte do Estado de Pernambuco.

As estruturas arquitetônicas encontradas no sítio Maranguape, identificadas pela tradição oral como a antiga casa de João Fernandes Vieira, foram questionadas como a possível Fábrica ou moita que fazia parte do complexo do Engenho Maranguape, tombado pela FUNDARPE.

A pesquisa histórica sobre essa área revelou dados contraditórios e polêmicos, sobre a origem e formação dessa propriedade. Segundo a historiografia, as terras onde hoje se encontra o Engenho Maranguape faziam parte de uma Sesmaria doada a Jerônimo de Albuquerque, pelo donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, na metade do século XVI. Após a Restauração Pernambucana, essas terras teriam sido adquiridas por João Fernandes Vieira² (1656) aos herdeiros de Jerônimo Paes de Azevedo. Nesse período encontraram-se referências sobre essa área com a denominação de “Propriedade Maranguape”, e não como engenho o que é comum na documentação histórica quando se trata dos primeiros engenhos no período colonial.

Em 1689, com o falecimento de Fernandes Vieira e de sua mulher D. Maria César, a propriedade de Maranguape passa a pertencer a D. Maria Joana César, filha natural de Fernandes Vieira, casada com o Capitão - Mor Jerônimo de César Melo.

¹ Este sítio foi localizado através do projeto “Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe” que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco desde 2002. As estruturas evidenciadas foram registradas no IPHAN como Sítio Maranguape. Porém a nossa concepção de sítio arqueológico abrange uma unidade mais ampla, composta pela matriz da de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape e a Casa Paroquial.

² Figura notória dentro do contexto da ocupação e expulsão dos holandeses na Capitania de Pernambuco.

Entretanto, segundo Tácito Luiz Galvão³ essas terras faziam parte da Sesmaria Jaguaribe, doada pelo donatário Duarte Coelho a Vasco Fernandes de Lucena em 1540.

Outro ponto contraditório na área do Engenho Maranguape, diz respeito à capela⁴ consagrada a N. S. dos Prazeres de Maranguape. Existem dúvidas quanto à data de sua construção e ao seu fundador. Nos documentos oficiais, João Fernandes Vieira ao adquirir a propriedade de Maranguape em 1656 construiu esta capela, como voto de agradecimento pela vitória dos luso-brasileiros sobre os holandeses. Segundo Galvão, existe um documento no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro, que contradiz este dado, informando da sua existência antes de 1626. Possivelmente, a capela já existisse, quando da compra da propriedade de Maranguape, podendo Fernandes Vieira ter feito uma ampliação e melhorias de acordo com a sua condição social.

Abstraindo o mérito da controvérsia sobre a origem da propriedade, outro fato intrigante é a existência de um vazio cronológico de informações historiográficas e oficiais entre 1540 até 1656, vindo esta propriedade ser mencionada, quando da sua aquisição em 1656 por Fernandes Vieira com o nome de Maranguape⁵.

No que já foi relatado, o denominado Engenho Maranguape, apresenta particularidades que o tornam um objeto de estudo importante para o aprofundamento da pesquisa histórica e arqueológica. A começar pelas contradições sobre a sua origem, até o fato desta propriedade ter sido tombada em nível Estadual como um engenho, quando a documentação textual existente na FUNDARPE, não faz nenhuma referência sobre a sua produção açucareira, e aos edifícios relacionados diretamente com esta atividade. Situação essa diferente, do que acontece, geralmente, com os outros engenhos inventariados e protegidos pelos órgãos competentes, cujos documentos textuais apresentam um quadro descritivo da configuração espacial do complexo de edifícios, que incluía Casa-grande, Capela, Fábrica ou moita e Senzala.

O objetivo central dessa pesquisa é estudar o partido arquitetônico da propriedade Engenho Maranguape. As estruturas encontradas, definidas, inicialmente, como “Sítio Maranguape” foram questionadas como as ruínas da antiga fábrica do

³ Historiador, autor do trabalho de pesquisa – O Processo da Formação do Município do Paulista. É colaborador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHG.

⁴ A Capela N. S. dos Prazeres de Maranguape foi descoberta pelo 1º Distrito do IPHAN na década de 40 como patrimônio cultural. Em 1957 a capela foi destruída por um incêndio.

⁵ A palavra MARANGUAPE não foi encontrada em nenhum dos documentos contidos no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, e nem é mencionada em qualquer documento; vindo a ser citada depois da Restauração da Capitania de Pernambuco.

engenho. A localização dessas estruturas nas proximidades da Igreja e da Casa Paroquial levou a um questionamento sobre a principal função dessa propriedade. Se definida como Engenho Maranguape dever-se-ia encontrar os elementos caracterizadores de uma unidade produtiva açucareira do período colonial e o seu partido arquitetônico não fugiria aos modelos concebidos do período. Dessa forma, tendo já definido a Capela e a Casa Paroquial, as ruínas encontradas poderiam ser da casa-grande ou da fábrica/moita do engenho. Pelos partidos arquitetônicos dos engenhos no Nordeste, onde as casas-grandes eram localizadas em lugares mais altos dos engenhos, trabalhou-se com a hipótese de que as estruturas seriam da antiga casa-grande que formavam o complexo de um dos remanescentes engenhos do século XVII.

Neste estudo procurou-se, portanto, compreender a organização dos espaços construídos, e se as estruturas identificadas no Engenho Maranguape faziam parte realmente de um engenho. Questiona-se ainda se o modelo desse engenho seguia os mesmos padrões definidos pelas exigências programáticas diretamente relacionadas à produção dos engenhos dos séculos XVI e XVII em Pernambuco. Para responder as questões, foram considerados os aspectos histórico, ambiental e cultural, a partir de uma perspectiva arqueológica multidisciplinar.

Contexto Histórico

A origem do Engenho Maranguape apresenta-se confusa, o que merece um estudo histórico mais aprofundado⁶. As primeiras referências sobre a área de Maranguape⁷ só são conhecidas após a Insurreição Pernambucana; quando em 1656 Fernandes Vieira adquire essas terras dos herdeiros de Jerônimo Paes de Azevedo. Não consta no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, ou em qualquer outro documento pesquisado, qualquer menção sobre o Engenho com o nome de Maranguape, sendo mencionadas apenas as localidades dos vales de Jaguaribe, Mirueira e Paratibe. Segundo Aneide Santana⁸ (1993, p.04),

[...] com a morte de Fernandes Vieira e de sua mulher D. Maria César, a propriedade passa para herdeiros e a capela no final do

⁶ Todos os dados aqui expostos em relação ao contexto histórico desta propriedade, foram obtidos da documentação existente na FUNDARPE, a qual, baseia-se nos relatos de Pereira da Costa, da sua obra “Anais Pernambucanos”, e na investigação do historiador Tácito Galvão.

⁷ As terras de Maranguape adquiridas por Fernandes Vieira, segundo o historiador Tácito Galvão, não eram as terras de Paratibe de Baixo.

⁸ Aneide Santana é historiadora e fez o levantamento histórico sobre a capela de N. S. dos Prazeres de Maranguape.

século XVII perde sua função apenas da propriedade e expande-se. Em 1691 é transformada em Curato pelo Bispo Diocesano D. Matias de Figueiredo e Melo para que fosse possível dar assistência à população que ali morava e que se encontrava isolada pela Barra do Rio Doce. O seu território compreendia uma grande zona desmembrada da Freguesia da Sé de Olinda que desde 1676 tornara-se sede do bispado.

No período de 1710 a 1715 foi criada a Freguesia de N.S. dos Prazeres de Maranguape, durante a administração eclesiástica de D. Manuel Álvares da Costa, 5º Bispo de Pernambuco.

Esta capela teria se tornado a Igreja – Matriz, sede da Paróquia, por alvará conferido por D. João V, em 1719 e, segundo a mesma historiadora, constava da propriedade de Cesar de Melo, casado com D. Maria César, filha natural de João Fernandes Vieira.

A capela tornou-se matriz, possivelmente pela influência social e econômica dos seus proprietários, a grande população, para a época, existente, que em 1746 contava com 276 fogos, com 1486 habitantes e seis capelas filiadas à Igreja-Matriz. Essa Freguesia tinha em 1838 o número de 4.978 habitantes e a sua população se espalhava por toda a extensão que se limitava; “*Ao Norte com a Freguesia de Igaracu, pelo rio Mirueira, rio Jaguaribe e Barra de Maria Farinha; a Leste o oceano; ao Sul a Freguesia da Sé, pelas águas que entram para o Rio Doce, inclusive; e a Oeste a de S.Lourenço, pela mata que fica duas léguas além da estrada que segue do rio Mirueira até Jacuibe*”. (Santana 1993; p.04,05),

Pereira da Costa relata que as terras de Maranguape faziam parte de uma grande Sesmaria dada a Jerônimo de Albuquerque pelo Donatário Duarte Coelho, em Pernambuco em meados do século XVI, as quais ficaram conhecidas como Propriedade dos Maranguape. Esta propriedade teria sido comprada pelo mestre de campo João Fernandes Vieira aos herdeiros de Jerônimo Paes de Azevedo. ‘*A casa de vivenda da propriedade, talvez construída por João Fernandes Vieira, era um grande prédio de dois pavimentos, dando acesso para o superior unia escadaria externa de dois lanços, e situada em frente da capela de N. S dos Prazeres*’. (Pereira da Costa 1952, p. 433, 434, vol. 10).

Conforme ainda o mesmo pesquisador, em 1686, quando Fernandes Vieira faleceu a propriedade dos Maranguape foi incluída no dote nupcial de sua filha natural D. Maria Joana, casada com o capitão-mor Jerônimo César de Melo, e segundo um termo de medição judicial das suas terras, consta que limitava ao norte com as do Engenho Jaguaribe compreendendo dali pra o sul as praias de Pau Amarelo e em

seguida a do Janga, até a foz do rio Doce, com valas das suas salinas, fornos da cal, pesqueiras e coqueiros.

O Engenho Maranguape⁹

A área do Engenho Maranguape localizada no Município do Paulista, é atualmente composta pela Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape¹⁰ (Figura 1) e a Casa Paroquial, a qual, se encontram em estado de ruína. Localizada a cerca de 300 metros aproximadamente da ruína da igreja N. S dos Prazeres de Maranguape e da Casa Paroquial (Figura 2), nas coordenadas UTM 0296727 – 9121826, as ruínas, possivelmente da casa grande, ficam em uma altimetria de 35,00m. O acesso a esta área é feito pela estrada de barro nas terras pertencentes a família Lundgren. Essas ruínas estavam, portanto, localizadas em uma colina, ao meio de uma vegetação densa de cipós. Cerca de um quilômetro encontra-se ao Sul, o rio Paratibe, além do Canal da Tinta. Para oeste, também cerca de um quilômetro; as praias do Janga, Maria Farinha e Pau Amarelo.

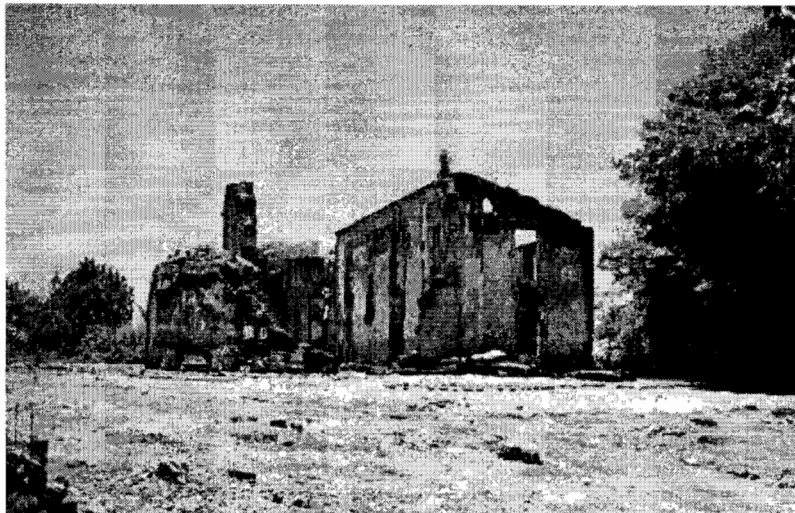


Figura 1: Ruínas da Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape
Fonte NEA -UFPE (Foto: Claudia Oliveira)
Projeto Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe

⁹ MARANGUAPE – vocábulo indígena que significa “caminho do desordeiro” – “de marangá a pé caminho” - Ver Galvão (1980, p. 378 - 379).

¹⁰ Em 1993, foi feito um projeto de restauração para a Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape, o qual não foi realizado, cujos executores seriam a Prefeitura do Município do Paulista, através da Secretaria de Esportes, Cultura e Turismo; a Paróquia de N. S. dos Prazeres representada pelo Padre Antônio Belarmino de Sena, e a equipe de profissionais formada por: Aneide Santana (levantamento histórico), Plínio Araújo (Arqueologia), Paulo Camurati (Arquitetura).

A área do Engenho Maranguape pode ser classificada geologicamente como integrante de formação Barreiras a qual é constituída por “sedimentos areno-argilosos não consolidados, de origem continental” LGGM (1992, p.13). O relevo da Formação Barreiras é caracterizado pela presença de tabuleiros, de altitude variando entre 40 e 50 metros próximos à planície costeira, atingindo mais de 160 metros na porção oeste do Litoral Norte. Os tabuleiros apresentam-se em geral como relevos de topo de plano, entrecortados por vales estreitos e profundos, de vertentes com declividade alta, ou seja, superior a 30%.

O domínio climático é do tipo tropical úmido do tipo As' ou pseudo-tropical da classificação climática de Koppen, sendo caracterizado pela temperatura do mês mais frio superior a 18° C e chuvas de outono-inverno motivadas pela Frente Polar Atlântica. A temperatura anual média da área oscila em torno de 24° C.

A vegetação nesta área é composta por uma cobertura vegetal secundária da Mata Atlântica, e de uma grande área de pastagem.

Mapa 01
Ortofotocarta do Engenho Maranguape - Paulista/PE



Figura 2 – Localização das estruturas do Engenho Maranguape
Fonte: FIDEM

A Prospecção

Partindo-se do levantamento dos dados históricos em fontes bibliográficas, arquivísticas, iconográfica e textual, a pesquisa histórica procurou identificar as atividades da economia açucareira nos séculos XVI e XVII, priorizando a segunda metade do século XVII, contexto em que a historiografia faz referências ao Engenho Maranguape. Procurou-se ainda reconstruir o seu contexto cultural e histórico a partir da historiografia, da iconografia holandesa e ortofotocartas de alguns engenhos coloniais pernambucanos¹¹ do mesmo período.

Na prospecção arqueológica foi realizado o levantamento da área do engenho efetuando-se o posicionamento com o GPS, o levantamento topográfico, a delimitação

¹¹ Engenho Velho, Engenho Guerra, Engenho Barbalho, Engenho Novo e o Engenho Trapiche.

das trincheiras de sondagens e escavação, sendo todo o processo registrado através de desenho e fotografia.

Figura 3 – Planta Baixa do Sítio Maranguape
Fonte: Arquivos NEA-UFPE (Montagem Melânia Gaudêncio Noya Forest)
Projeto Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe

Após a limpeza da área, com a retirada de toda a vegetação que cobria as ruínas, foi realizado o levantamento topográfico, a plotagem dos vestígios arqueológicos de superfície, e definido o setoriamento. Nesta primeira fase, foi delimitada uma trincheira principal – Trincheira I (Figura 3), de onde foi iniciada a expansão de mais duas trincheiras. Para se obter uma visão geral da área escavada, essas trincheiras deveriam ser escavadas alterando-se as quadriculas entre elas, entretanto, só foi possível escavar apenas uma quadrícula de cada uma delas. As quadriculas que mediam 2,0m X 2,0m foram subdivididas em quadrantes de 1,0 m². Realizou-se também, uma sondagem ao lado da base da estrutura onde foi delimitada a Trincheira III. Nesta sondagem foram escavados os quadrantes CD, com quatro decapagens de 20 cm, com a finalidade de identificar a profundidade da base da estrutura retangular (Figura 4). Neste local

também havia uma concentração de tijolos, alguns com argamassa, fragmentos de metal, louça, reboco, cerâmica e telha.



Figura 4 : Ruínas do Sítio Maranguape - Paredes
Fonte NEA -UFPE (Foto: Claudia Oliveira)
Projeto Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe

Predominava na superfície fragmentos de louças (faiança, grés, porcelana) e de vidros, porém registramos também a presença de ossos da fauna, malacológico, metal, restos vegetais e muitos fragmentos de material construtivo, tais como: telhas, tijolos e etc .

A trincheira I, localizada na parte lateral da estrutura aparente, media 18,00 m de comprimento por 2,00 m de largura. Era formada de 09 quadrículas, sendo escavadas as quadrículas: 01, 03, 08 e a 09. Na quadrícula 01 foram escavados os quadrantes **ABCD**, onde se fez uma decapagem de 10 cm. Neste primeiro nível verificou-se a predominância de fragmentos de cerâmicas e louças, ocorrendo ainda, fragmentos de vidros, ossos de fauna e metal. Para definir a estratigrafia que pudesse orientar as decapagens foram, primeiramente, aprofundados os quadrantes CD (1x2)m², ocorrendo mais três decapagens. Nesses níveis, verificou-se a diminuição da quantidade dos vestígios citados acima, entretanto apareceu uma camada de sedimento com muita metralha (fragmentos de reboco, telhas, tijolos etc.).

Na quadrícula 03 foram escavados apenas os quadrantes A-B (2 x 1) m², em duas decapagens de 15 cm. Na primeira foi encontrada uma concentração maior de fragmentos de cerâmica e de louça, ocorrendo, em menor quantidade de material

construtivo e fragmentos de ossos de fauna. A partir da segunda decapagem diminuiu a frequência desses vestígios e aparece apenas louça, ossos, cerâmica e vidro.

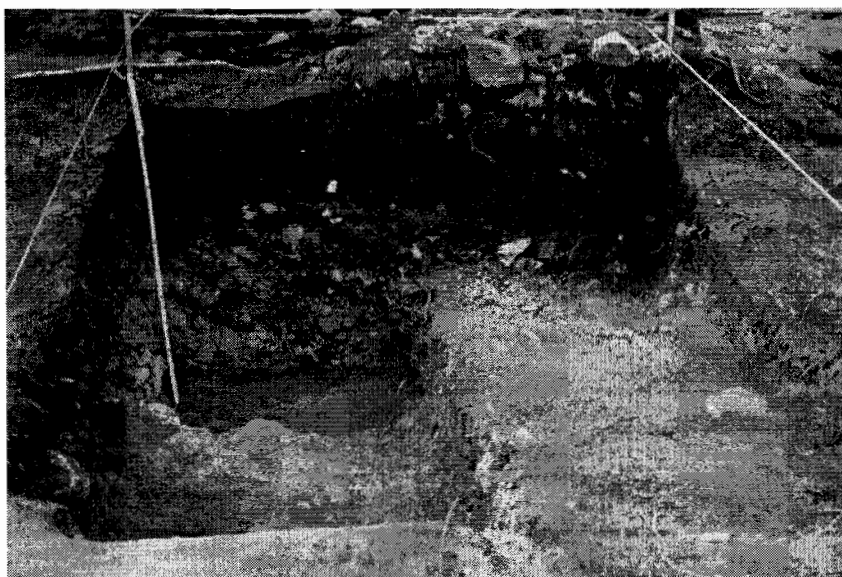


Figura 5 – Ruínas de uma estrutura
Fonte NEA -UFPE (Foto: Claudia Oliveira)
Projeto Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe

Na quadrícula 08 foram escavados todos os quadrantes - **ABCD**. A primeira decapagem foi de 20 cm, pois essa quadrícula estava localizada em uma área de acumulação de sedimento, havendo um grande desnível, parecendo ter ocorrido um aterro. Depois dessa primeira decapagem resolveu-se escavar apenas os quadrantes A/B com mais três decapagens de 15 cm. Em relação às outras quadrículas dessa trincheira, verificou-se grande quantidade de “entulho” (pedregulho, pedaços de pedras, tijolos etc). Na quarta decapagem foi evidenciada a base de uma estrutura composta por pedra calcária e calça (Figura 5), verificando-se que esta base não estava alinhada com as estruturas encontradas na superfície. Trata-se, aparentemente, de outra construção no local. Nesta área de aterro havia um fragmento de cachimbo holandês. Essa evidencia permitiu o levantamento de questões sobre a possível presença holandesa no local, já que eles teriam, segundo os dados históricos, desembarcado cerca de um quilômetro destas ruínas, a oeste, na praia de Pau Amarelo.

A partir da quadrícula 09 foi delimitada a Trincheira IV, paralela a trincheira I, de modo a evidenciar toda uma estrutura circular encontrada nesta quadrícula foi realizada

uma decapagem nos quadrantes CD, de onde foram removidas muitas pedras quebradas, fragmentos de cerâmicas, faiança e uma moeda. Formava um aglomerado por cima da estrutura redonda (Figura 6), com a aparência de um aterro. A estrutura circular poderia ser uma coluna, porém, as suas dimensões, com aproximadamente 1,5m de diâmetro, foge ao padrão do tamanho das colunas do período colonial.



Figura 6 – Estrutura circular
Fonte NEA -UFPE (Foto: Claudia Oliveira)
Projeto Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe

Como extensão da Trincheira I, a partir da quadrícula 05, foi traçada a Trincheira II, onde se escavou apenas na quadricula 01, os quadrantes BC (2x1) m², com uma decapagem de 20 cm. Nela ocorre uma baixa frequência de material arqueológico (um fragmento de cerâmica, tipo “pão de açúcar”, faiança e fragmentos de telha).

Análise dos Vestígios Arqueológicos

Na prospecção realizada foram coletados 1.843 fragmentos de cerâmica, louça, vidros, ossos de fauna etc. Deste total ocorre a predominância de cerâmica (55%), e da louça (30%) (Gráfico 01). Foram registrados ainda os fragmentos de vidros (bases de garrafas de espessura grossa e coloração escura; ossos de fauna; metal (duas moedas); artefatos de ferro (fragmento de ferramenta agrícola; um pedaço de cano com 40 cm de comprimento, possivelmente de uma arma tipo carabina, um balim, cravos de

aproximadamente 6cm a 7cm de comprimento; e material construtivo como fragmentos de tijolos, telhas, argamassa e material malacológico)).

Em todo o sítio observou-se uma grande quantidade de material construtivo como tijolos grandes com as dimensões de: (30x16x04) cm e (28x11x08) cm, sedimentos; argamassa e telhas. Alguns exemplares dessas telhas foram encontrados, tanto em superfície, quanto abaixo do solo. Essas telhas eram feitas de barro de denominação “telha canal”. Esse nome foi dado porque são dispostas com a cavidade voltada para cima, servindo como um canal de escoamento das águas pluviais. Naquela época essas telhas eram produzidas artesanalmente nas fazendas e engenhos pelos escravos ou trabalhadores livres que modelavam o barro nas coxas, proporcionando o formato curvo, nas olarias das respectivas propriedades, ou adquiridas ou no comércio regional. As telhas variam entre 52 cm a 62 cm. A largura na borda anterior ficava entre 19 e 23 cm e na borda posterior entre 17 e 18 cm.

As telhas encontradas na escavação do Sítio Maranguape indicam a possibilidade da existência de uma olaria artesanal nessa propriedade, por a sua modelagem rústica e a sua variação de tamanhos. Tendo em vista que o acabamento das mesmas indica o século de sua produção, podemos afirmar que na área do sítio foram encontradas exemplares de telhas entre os séculos XVII e XIX.

A cerâmica foi classificada em três tipos: a cerâmica neobrasileira (ou vermelha), a cerâmica vitrificada e a cerâmica leve. A cerâmica neobrasileira foi aquela produzida a partir da colonização europeia, mesclando as técnicas europeias, às vezes com técnicas indígenas. Confeccionada com a técnica do rolamento e, eventualmente com a utilização de forno, introduzido pelos europeus. Registrou-se nesse sítio um total de 714 fragmentos de bordas, bojos, bases e apliques.

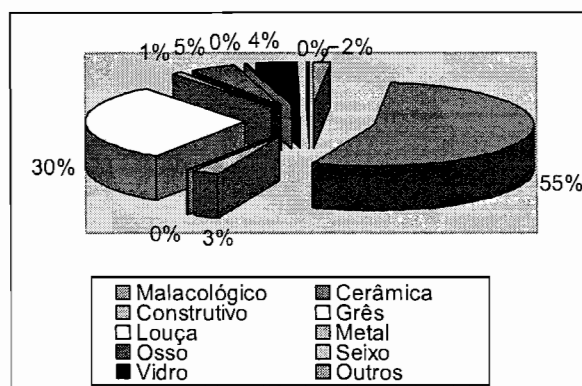


GRÁFICO 1: Frequência do material arqueológico no Sítio Maranguape

A cerâmica vitrificada era utilizada para a preparação e armazenamento de alimentos. Segundo Lima (1989, p.218), o processo de vitrificação da cerâmica, conhecido como “Salt-glazed”, era mais aplicado a parte interna dos recipientes, em tonalidades que variavam do amarelo-mostarda ao verde. Os fragmentos encontrados no sítio apresentavam tons amarelos e verdes.

A cerâmica leve consiste em um tipo de cerâmica manufaturada com técnica mais elaborada, indicando um nível mais elevado de padronização na confecção dos vasilhames, podendo ser torneada, moldada ou até mesmo acordelada (CALDARELLI 2003). Caracteriza-se pela presença de pasta com antiplástico de granulometria bastante fina (até 1mm), com queima completa, coloração bege claro, com espessura normalmente delgada. O acabamento de superfície que predomina na cerâmica leve é o alisamento, podendo apresentar engobo, ocorrendo também decoração plástica e pintura. As características tecnológicas desta cerâmica indicam um maior controle na seleção da matéria-prima, na utilização da técnica de confecção e no processo de queima, indicando a possibilidade manufaturada especializada, em maior escala e, talvez, de comercialização destes artefatos. Neste sítio, foram encontrados apenas 15 fragmentos, alguns deles com o engobo vermelho.

Utilizou-se o termo louça para identificar os fragmentos de faiança, porcelana e grés. Nessa categoria predomina neste sítio a faiança, que foi classificada em faiança tipo exportação, faiança de uso interno e faiança fina. A faiança de uso interno de origem Portuguesa é predominante (55%). Esse tipo apresenta três linhas circundado a borda da base, nas cores azul, verde e vinho. Outro tipo mais freqüente (21%) é de fragmentos de

bordas com uma ou duas linhas paralelas circundando toda a borda da peça na cor azul. Faianças desse tipo eram produzidas entre os séculos XVI e XVIII. Foram também identificadas faianças com duas linhas paralelas que circundam toda a borda da base e com o caracol ao centro ou acompanhada com rabiscos acima da linha, porém em menor quantidade. Em apenas um (01) fragmento foi identificada uma marca da fase inicial das faianças portuguesa, tipo exportação, da segunda metade do século XVII, composto por uma seqüência de semicírculos concêntricos delimitados por linhas paralelas, na cor azul sobre branco com motivos chineses.

O tipo de faiança fina mais freqüente (39%) possui a técnica decorativa “Shell Edged”, que consistia na aplicação de pinturas na borda da peça sobre o esmalte pearlware ou whiteware nas cores azul e mais raramente verde ou rosa. Produzida aproximadamente entre 1780 e 1880. Era bastante popular por ser a mais barata entre todas decoradas. Neste sítio apresenta variações quanto à modificação da borda. Outro tipo de faiança fina mais freqüente (27%) apresenta a técnica “transfer printing”. Seu período de fabricação é do final do século XVIII ao início do XX. Em seguida (18%) a faiança fina fabricada entre 1790 e o início do século XX, na técnica decorativa conhecida como “dipped” sobre o esmalte “pearlware” ou “whiteware,” policrômico. Apresenta variante com a faixa azul ou faixa simples, na forma de caneca ou malga. Outros tipos, como por exemplo, a faiança com a variação da técnica dipped que é conhecida como moca, apresenta formas onduladas e circulares pintadas com o dedo¹²; a faiança fina com motivo decorativo geométrico em relevo (Engine-Turned ou Rouletted Decoration), produzida entre 1820 e 1900; ou a faiança fina com decoração ao centro da peça e a faiança com a técnica decorativa conhecida por borrão, na cor azul e motivo floral¹³, ocorrem neste sítio com uma freqüência bem menor.

Todos os vestígios materiais encontrados na área espacial das estruturas do Sítio Maranguape levaram-se a identificar atividades domésticas ligadas ao cotidiano de uma casa, e não, de uma unidade produtora de açúcar como nos vestígios materiais identificados no Engenho Monjope¹⁴.

¹² Produzida na Inglaterra entre 1830 e 1860, era popular por seu baixo valor e aparece na forma de malga, canecas e jarras.

¹³ Esse tipo teria sido produzido entre 1834 e o início do século XX

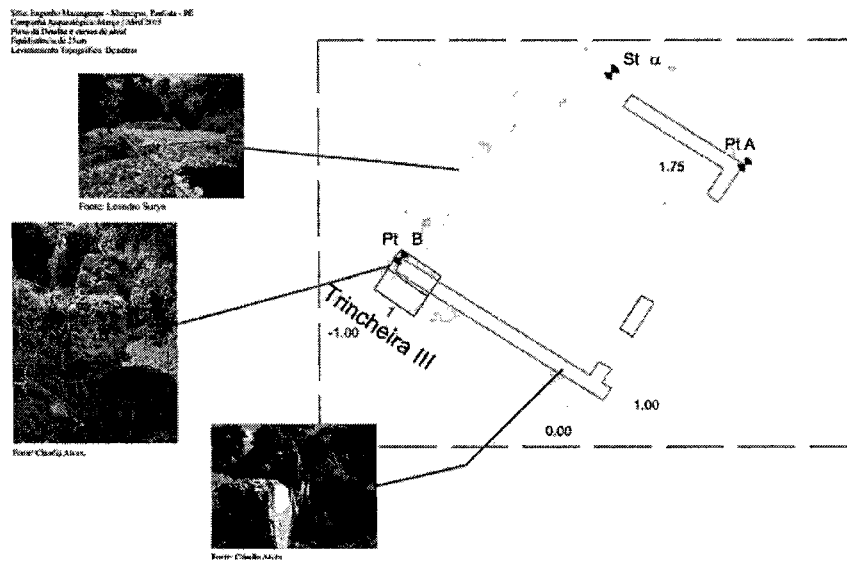
¹⁴ No período de agosto a dezembro de 2004, foi realizada uma escavação no Engenho Monjope com a parceria da FUNDARPE, Fundação Seridó, Universidade Federal de Pernambuco e o Ministério da Cultura. A dissertação da mestranda Vera Lúcia Menelau de Mesquita do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação do Patrimônio defendida em 09/09/2005, se refere ao Engenho Monjope quanto a sua produção de cachaça.

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS DO ENGENHO MARANGUAPE

A leitura da volumetria da igreja de N. S dos Prazeres de Maranguape é perfeitamente clara; com nave única. A parede (fachada lateral direita) com os elementos que a compunham foram achados no local, inclusive cismalhas em cantaria pela face interna, e beirais em telha canal pela face externa e um arco em cantaria que dá acesso à capela do batistério. Todo o edifício fora construído em alvenaria de pedra, com poucas partes em alvenaria mista, com exceção da torre, construída, ao que parece, depois da construção da igreja, em alvenaria de tijolo, por sobre a capela do batistério. As vazaduras da torre possuíam cercaduras e ornatos, em cantaria, da fachada principal. Toda edificação da Casa Paroquial teria sido construída em alvenaria de pedra.

As estruturas das ruínas prospectadas se encontram no ponto mais alto da área do Engenho Maranguape. A estrutura aparente na superfície apresenta forma retangular, com dimensões aproximadamente de 30mx12m, se assemelhavam ao dimensionamento das casas de vivenda coloniais(Figura 7).

A técnica construtiva não pode ser bem reconhecida, visto, que as estruturas apresentavam um alto grau de destruição. Entretanto, nos materiais construtivos, verificou-se a utilização de pedra granítica, tijolos e calça e, em alguns pontos, como as quinas do retângulo (a formação das estruturas, afigurava-se a um grande retângulo), em pedra de cantaria. Não havia nenhuma parede erguida, porém as bases indicam a construção com pedras e tijolos.



**Figura 7 – Ruínas da estrutura da casa
 Fonte NEA -UFPE (Montagem Melânia Gaudêncio Noya Forest)
 Projeto Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe**

Configuração Espacial das Estruturas do Sítio Maranguape

A investigação na área do Sítio Maranguape abrangeu o seu entorno, perfazendo uma área de novecentos e quarenta metros quadrados com um perímetro de onze metros. Verificamos que a Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape e a Casa Paroquial estão localizadas em posição estratégica, em uma colina; no nível topográfico mais elevado do que as estruturas prospectadas. Possui uma perspectiva com à praia do Janga e visadas a toda a região. Por outro lado as ruínas do “Sítio Maranguape” que também poderia ser a Fabrica, dista a 250,00m da igreja e casa paroquial.

Para se compreender as estruturas e a configuração espacial da área (local de implantação das estruturas, da igreja e da Casa Paroquial), se fez uma análise comparativa desse conjunto com alguns engenhos coloniais da mesma época existentes em Pernambuco. Essa análise considerou o fator topográfico e tipo dos vestígios arqueológicos encontrados na área.

Segundo Azevedo (1990, p. 96) a posição topográfica da casa-grande na área do engenho seguia o seguinte padrão: “em um extremo, a casa-grande e a capela, geralmente construídas por especialistas em materiais nobres: pedra e cal, situadas na parte mais alta do terreno”. O zoneamento dos edifícios de um engenho, portanto,

refletia a estrutura social: casa-grande e a capela no alto do terreno, instalações fabris e a morada dos trabalhadores na parte mais baixa. Este esquema se manteve durante todo o período colonial. A implantação da casa-grande permitia ao proprietário um maior controle de sua propriedade e a afirmação de sua autoridade. A capela ficava geralmente a seu lado, na mesma cota altimétrica e, em alguns casos, em posição mais elevada.

A localização das estruturas do Sítio Maranguape encontra-se na parte mais alta do terreno, configurando-se com a implantação das casas das fazendas e engenhos da época, como observado na historiografia. Entretanto, a localização da igreja de N. S. dos Prazeres de Maranguape, foge ao padrão vigente na época. Como foi relatado, a igreja encontra-se a uma distância aproximada de duzentos e cinquenta metros das estruturas. Esse dado demonstra que a organização espacial não corresponde a característica do triângulo rural da época: a casa-grande, a capela e a fábrica. Esse triângulo interligava os três poderes: o político, o religioso e o econômico. Outro ponto analisado nas configurações das áreas dos engenhos seiscentista, diz respeito a moita. Esta sempre era implantada em nível mais baixo, na área plana, e quase sempre próximas a um rio ou braço de mar. No caso das ruínas do Sítio Maranguape isto não ocorre, verifica-se que as estruturas estão aproximadamente a um quilômetro do rio Paratibe fugindo, portanto, aos modelos de instalações das fabricas (moitas) nesta área.

No que foi observado na configuração espacial e localização das estruturas pesquisadas, nada sinalizava, serem estas estruturas, ruínas remanescentes de uma possível moita. Em um raio de duzentos metros no entorno das estruturas, foram feitas sondagens, como também, abertas trincheiras para averiguação de possíveis vestígios estruturais de uma fábrica ou de outra estrutura relacionada ao fabrico do açúcar, entretanto, nada foi encontrado. Além disso os vestígios materiais encontrados na sondagem, identificaram atividades domésticas, ligadas ao cotidiano de uma casa, e nenhum destes artefatos, com exceção de um fragmento de 'pão de açúcar', apresentava relação com atividades de uma moita, unidade produtora de açúcar.

Considerações Finais

Como o interesse do estudo esteve voltado para afirmar ou não se as estruturas faziam parte da casa grande, buscou-se, na historiografia, na iconografia de Post, e na pesquisa arqueológica, averiguar os dados que levassem a concluir a função dessas estruturas dentro do contexto espacial do Sítio Maranguape. Para isso, deu-se ênfase à análise da configuração espacial dessas estruturas, em relação à topografia, aos

materiais construtivos e o dimensionamento; fatores primordiais na caracterização de uma moita ou de uma casa-grande dentro do contexto de um engenho de açúcar colonial.

De acordo com os dados históricos e com a iconografia holandesa do século XVII, a configuração espacial dos principais edifícios de um engenho apresentava uma característica constante, de modo que, situada na parte mais elevada do terreno estavam a casa-grande e a capela que ficava à direita da casa-grande, quando construída no mesmo nível topográfico, ou mais atrás ou acima, quando construída em nível topográfico diferente, configurando, assim, os poderes ideológicos da sociedade açucareira.

A fábrica ou moita era implantada nas proximidades da casa-grande, em nível topográfico mais baixo, próximas de cursos de água. Entretanto, no Sítio Maranguape, as estruturas encontradas, estão localizadas no ponto mais elevado do terreno, o que não se enquadra nos padrões característicos de implantação das moitas dos engenhos coloniais. A sua configuração espacial, o seu dimensionamento aproximadamente de 12,00m x 30,00m e os vestígios materiais encontrados, configura essas estruturas, como pertencentes a uma casa que não seria necessariamente a casa-grande de um engenho. Estando sua posição, dentro dos padrões existentes, relacionada a casa-grande, porém se fosse a casa-grande, ela deveria estar nas proximidades da capela, o que também não ocorre neste caso. Na iconografia holandesa as casas-grandes eram de pau-a-pique e as capelas relativamente modestas. No caso do Engenho Maranguape, a capela apresenta apuro construtivo e arquitetônico. O principal edifício do complexo açucareiro, a fábrica, apresentava esmero construtivo, sendo muitas delas construídas de pedra ou tijolos maciços, o que demonstrava ser o rendimento da produção do açúcar o objetivo principal dos engenhos. Na área do Sítio Maranguape, onde possivelmente, deveria existir a moita (na área plana do terreno), nenhuma estrutura foi encontrada que caracterizasse o edifício onde se produzia o açúcar.

Desta forma, todos os parâmetros comparativos utilizados para identificar essa área como um “engenho”, nos leva a questionar essa terminologia. Todos os elementos existentes analisados no seu partido arquitetônico configuraram essa área como uma propriedade rural. Talvez, a origem do seu nome como engenho se deva ao fato de ser uma unidade “complementar” de outros engenhos registrados na área como os engenhos Jaguaribe, Inhamã, Paratibe de Cima e Paratibe de Baixo, entre outros. Assim, apenas

com a expansão das pesquisas históricas e arqueológicas na área, podemos melhor compreender esses fatos.

Melânia Gaudêncio Noya Forest
Arquiteta e Urbanista (FAUP)
melaniaforest@hotmail.com

Cláudia Alves de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, UFPE
olivas@hotlink.com.br

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Esterzilda B. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.
- GALVÃO, Tácito Cordeiro, GOMES, Rosangela Oliveira. **O Processo da Formação do Município do Paulista**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da FUNESO, 2001.
- LIVRO DE TOMBO DO MOSTERO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, Vol. XLI, 1948.
- PEREIRA DA COSTA. Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**, FUNDARPE 10 Vol., Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.